

INTRODUÇÃO

1. Razão de ser do presente trabalho

Em todo o mundo, a instabilidade e a incerteza impelem o homem para a necessidade de compreender o diálogo entre as pessoas e a natureza. A barbárie, a falta de coesão social, as tensões raciais, a fome, as lutas religiosas, a ausência de valores morais, a competição e a ambição desmesuradas são alguns factores que implicam o mal-estar, a desestruturação familiar, as dificuldades económicas, o desemprego, factores que imperam nas sociedades contemporâneas.

Todas estas condicionantes estão na origem da violência, da delinquência, do crime que levam à reclusão. A importância crescente da cultura, como factor concreto de coesão nas sociedades modernas, a educação e a aprendizagem constituem critérios caracterizadores do desenvolvimento ou do atraso entre as pessoas. É a cultura (ou a sua ausência) que determina a formação de mentalidades, a capacidade crítica, de reflexão e discernimento entre o que é bom e o que é mau para o bem de cada um ou do bem comum. Alicerçada na educação e aprendizagem, a cultura é a capacidade de aprender, a partir do respeito pelos outros, compreendê-los e a compreender o mundo.

A exclusão social de cidadãos provocada por diversos factores (endividamento, desemprego, doença, prostituição, migração, baixo nível de escolaridade, consumo de drogas...) constitui uma combinação de falta de meios económicos, de isolamento social e de acesso limitado aos direitos sociais e civis. O encarceramento tornou-se o meio absoluto para lutar contra todas as desordens urbanas e sociais. Geralmente, atinge os estratos sociais mais desfavorecidos, tornando-se um instrumento de marginalização, caso se destine apenas ao castigo, ou à expiação da pena. Encarada desta forma, a prisão só pode intensificar o isolamento, a pobreza, a destruição dos elos familiares, afectivos, e as perturbações psicológicas. Mas as concepções modernas de justiça e de decência não se pautam simplesmente pelo castigo e retribuição. Fundam-se, hoje, num meio de reabilitação e de práticas de reinserção social.

Sabemos que as sociedades necessitam de dissuasão e de defesa, de protecção dos indivíduos malévolos e dos seus próprios fantasmas. Mas a verdade é que honra a humanidade o esforço que se deve fazer para que o castigo e a privação da liberdade

tenham alguns efeitos salutares. Dentro deste espaço de reclusão, há várias maneiras de reaprender a viver, envolvendo a solidão, o silêncio, a palavra, o desporto, o jogo, o trabalho, o curso profissional, a leitura, etc... Durante a permanência do recluso na prisão, a realidade exterior não pode ser esquecida, ignorada.

Numa sociedade em rápida e profunda mutação cultural, política, económica e social, onde continuamente surgem novas inflexões e novos saberes, exige-se uma reflexão profunda. As problemáticas da exigência, da disciplina e do rigor são exemplos dessas questões a ter em conta na reeducação e reinserção do recluso. Para que a liberdade desses indivíduos seja consciente, disciplinada e autolimitada, tem de ser um processo rigoroso que promova a interrogação constante, o oriente para a descoberta da verdade, da perspectiva de futuro e de dignidade (Jares, 2005).

A prisão é o espelho da sociedade, por ser um espaço onde todas as tensões sociais estão representadas na pessoa de quem cometeu crimes. Mas, além disso, terá de ser um lugar de dádiva, ou seja, onde se concretize a ajuda de pessoas competentes, bem-formadas, com o conhecimento profundo da natureza humana e das suas limitações e conflitos, de modo a resolverem-se questões de integração, de aceitação, de confiança, de diálogo e de reflexão.

Viver em disciplina e responsabilidade é viver de um modo humanista, pois o humanismo consiste em permitir a tomada de consciência da nossa plena humanidade como condição e interrogação, como situação e como projecto. Só desta forma o recluso define um sentido para a sua vida e identificação pessoal, de modo a assumir um papel no mundo. Não podemos esquecer que ao fazer da prisão um espelho do que se passa de proveitoso na sociedade, formando e ressocializando o recluso, há que o qualificar também. A aprendizagem ao longo da vida é uma componente fundamental das sociedades e economias do conhecimento. A complexidade da Sociedade do Conhecimento torna inevitável o domínio de uma grande diversidade de competências, saberes académicos e "saberes de acção" (Duarte, 2003).

As intervenções penitenciárias exigem uma maior aproximação da vida prisional à vida em liberdade, tornando-se a prisão um sistema aberto que envolve os processos de troca, tanto material, como de saberes e experiências com o exterior. Revela-se indispensável o processo de colocação dos reclusos em actividades que integrem componentes relacionadas com o desporto, a cultura, o ensino, o trabalho e a formação

profissional, de forma a atenuar a influência nefasta da "prisionização", sobre a sua personalidade e comportamento social.

É no meio penitenciário que deparamos com pessoas que perderam ou nunca puderam aceder a um lugar, a um espaço na sociedade e se vêem postas de lado, excluídas em consequência de uma série de experiências e vivências negativas que levam ao isolamento e ao vazio relacional. Na maioria das sociedades contemporâneas, os indivíduos são confrontados com situações que geram necessidades de processamento da informação escrita cada vez mais sofisticadas. São estas exigências sociais, profissionais e pessoais que obrigam a que ler e saber ler seja um requisito crucial para todos os indivíduos, estejam ou não em liberdade.

Em educação, a leitura, as bibliotecas, os clubes de leitura, as comunidades leitoras e outras manifestações literárias são uma via importante a ter em conta, prestando um forte contributo para a ultrapassagem das dificuldades que se verificam nos reclusos. Daqui surge a ideia, e também o ideal, de minorar a inadaptação/tensão individual e colectiva àquele ou àquela que, por qualquer motivo, "pisou o risco", indo parar à prisão, e, por consequência, ficou privado ou privada da sua liberdade. Perante esse alguém, há que fazê-lo pensar, reflectir, valorizar-se com vista a uma vida em liberdade, recorrendo a uma formação que lhe permita realizar-se, cooperar e, sobretudo, não voltar a delinquir.

A leitura, não sendo solução para todos os males e inaptações sociais, possibilita o envolvimento e o esclarecimento, a informação e a formação, o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo, o enraizamento de competências, a instigação de um processo activo e criativo global na mente de quem a pratica. Tudo isto possibilita a humanização decorrente da compreensão que dela decorre, de nós próprios e por ela permitida. Através da leitura, confrontamos o que somos e o que sabemos com outros saberes, sendo ela, por isso, "a chave para a igualdade e a chave para a liberdade. O seu fim é a manutenção de uma consciência consciente que é a base da liberdade individual e da dignidade humana" (Frye, 1988, p.100).

A leitura não é a única via de que alguém dispõe para se recrear, organizar, instruir, etc., mas o recurso a ela faz conhecer melhor o mundo e interagir com ele. Como salientam Halliday e Kirkwood (1980), a leitura é privilegiável como oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento intelectual, pois qualquer situação de leitura dá aos leitores oportunidade de aprender a ler, aprender sobre o processo de ler e de aprender com a leitura.

Perante a preocupação crescente com o meio prisional, como cidadã, educadora, docente do ensino público e do ensino prisional e formadora na área da Língua Portuguesa, intentámos dar a conhecer, a reflectir e investigar as dificuldades, expectativas, valores e formas de encarar a leitura/escrita de cidadãos reclusos. Esta motivação permitiu já um nosso trabalho sobre Hábitos de Leitura em reclusos (Afonso, 2000).

Mediante a observação das condutas e formas de expressão dos reclusos, surge a necessidade de, a partir da leitura de textos e sua compreensão, conseguir perceber determinados aspectos de autonomia, gosto pela vida, auto-estima, acesso à cultura e valores humanos e humanitários revelados pelos reclusos que lhes permitam enfrentar, ou não, a vida em liberdade: sociedade globalizadora, multicultural, competitiva e egoísta.

Para enfrentar esta sociedade dos inícios do século XXI, estar-se informado não chega. É preciso que essa informação se converta em conhecimento. O grau de competência revelado pelos reclusos (e por outros indivíduos no nosso país), na leitura, é frágil e inconsistente, denotando que sentem grandes dificuldades em compreender o material escrito e, por conseguinte, em executar tarefas relacionadas com o domínio da leitura. Tais tarefas essas passíveis de serem executadas apenas por indivíduos funcionalmente alfabetizados.

Este conceito de competência e de uso é-nos definida por Sim-Sim (1989) quando se refere ao conceito de literacia como "a capacidade para aprender e usar todas as formas e tipos de material escrito requeridos pela sociedade e usados pelos indivíduos que a integram" (p. 62). No entanto, Benavente, Ávila, Rosa e Costa (1995), esclarecem que literacia não se opõe a alfabetização, sendo esta necessária à execução de novas tarefas de modo a assegurar, por cada pessoa, o seu próprio desenvolvimento e o da comunidade. A literacia centra-se, diz, essencialmente, no uso de competências e não na sua obtenção.

A iliteracia já não é apenas uma dificuldade técnica que o indivíduo tem em se servir da escrita, e da comunicação em geral (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], 1997; Lahire, 1999), uma vez que, para além dos factores externos, tem factores causais internos (Castro-Caldas & Reis, 2001) e consequências internas e externas (Castro-Caldas & Reis, 1997; Castro-Caldas, Reis, Miranda & Ducla-Soares, 2003) muito profundos, podendo até tornar-se (é comum que assim aconteça) em causa da própria exclusão social.

Portanto, hoje, não se trata apenas de alfabetizar, ou seja, não basta ensinar apenas os mecanismos básicos de leitura e escrita. É preciso habilitar as pessoas a ler criticamente

o mundo que as rodeia, tornando-as capazes de conhecer e responder às exigências da sociedade que é a sua, transformando-a com a sua actividade interventora (Castanho, 2001).

Em suma, colocar o recluso perante a leitura de uma tipologia variada de textos ao seu alcance, colocando-os perante situações problemáticas, com dilemas, obrigando-os a reflectir, interiorizar, trocar pontos de vista e assumir uma atitude activa e reflexiva num trabalho individual, revelar-nos-á o mundo humano, valorativo e de capacidades de leitura e escrita presentes neste tipo de população e apontará para a resolução de alguns dos problemas que os afectam

Não podemos esquecer que a quantidade de saber adquirido pelos indivíduos se torna um indicador mágico para o seu futuro, no plano social, no seu nível de vida e lugar desempenhado na escala social. E acrescentamos que, para o acesso ao saber, três percursos se podem seguir: aprendizagem escolar, a prática acompanhada pela educação permanente e a informação (Gadotti, 2000). O crescimento da comunicação entre os homens arrasta consigo o desenvolvimento da informação, podendo a falta dessa comunicação produzir graves perturbações individuais e sociais. O saber "está na base do progresso tecnológico e da complexidade crescente da organização política e social ao lado do capital e do trabalho, o saber contribui para o progresso tecnológico..." (Rei, 1998, p.154).

2. O problema e as suas consequências

A nossa época sofre profundas transformações desde a efemeridade da informação à do conhecimento. Os locais e formas de aprendizagem diversificaram-se muito, o acesso à informação fez-se recorrendo a várias fontes, deixando os suportes tradicionais de ser o único suporte existente. As redes mundiais de comunicação, sobretudo a Internet, são capazes de promover todo o tipo de interacções comunicativas entre os seres humanos.

Perante tais transformações, mas sobretudo de formação/educação, aumentou a importância de saber ler e escrever, a necessidade de se combater o analfabetismo e a iliteracia. Cada vez mais é exigido aos indivíduos que sejam conscientes, possuam espírito crítico, capacidade de reflexão e de decisão, que aprendam a aprender e a actualizar-se continuamente ao longo de toda a sua vida (Malglaiive, 1995, López & Recio, 1998).

Com base em estudo que anteriormente realizámos e que foi objecto de Dissertação de Mestrado, assim como a experiência de formação e observação de reclusos em meio prisional por nós colhida, surge-nos, como continuidade, a seguinte problemática:

- Não basta que o recluso leia, seja que tipo de texto. É necessário que ele se aproprie do seu sentido, interaja com os textos e parta para a reflexão, individualmente.

- Essa reflexão poderá ser manifestada verbalmente por escrito, libertando toda a sua carga emocional, a encontrar um caminho orientador, a fundamentar o seu conhecimento do mundo, a desenvolver competências práticas necessárias, a possibilitar a ressocialização e a reinserção, a promover a realização pessoal e o contributo a prestar para a construção do mundo.

- Isto, partindo de produções escritas, que funcionarão, não só como teste às reais capacidades dos reclusos, mas também nortearão as sugestões de tipologias, temáticas e metodologias para leituras futuras (Fabre & Fernandez, 1997).

- O escrito, devidamente apropriado, através de textos significativos, bem compreendidos, reflectidos, assumidos até (Rei, 1999), não só poderá conduzir o recluso a desenvolver competências habitualmente radicadas ao nível da escolarização, como poderá interferir no seu desenvolvimento e recuperação, tendo, por isso, um papel decisivo nas prisões (Massini-Cagliari & Cagliari, 1999).

Admitindo que o espaço de reclusão, através do ensino e de actividades extra-escola, podem desenvolver e estimular os reclusos para práticas de leitura e escrita significativas (Gaté, 2001), daremos destaque a estes domínios, às dificuldades detectadas nos reclusos, às situações de aprendizagem necessárias, às metodologias a desenvolver na prossecução de competências e saberes que permitam, transitoriamente, a integração dos mesmos reclusos no microcosmos prisional, e, mais tarde, a sua integração na sociedade e uma efectiva resposta às necessidades que os afectam e às exigências que sobre eles impendem enquanto seres humanos.

É norteadada por esta problemática que tentaremos investigar o nosso objecto em alguns estabelecimentos prisionais, previamente seleccionados, servindo-nos de várias tipologias de textos, explorando a dimensão do escrito, através de questionários, e procurando implicar os reclusos nas problemáticas veiculadas por esses mesmos textos. Em suma, é colocar o recluso em situação de alguém que é um ser respeitado e cujas ideias

são valorizadas, apoiadas e modificadas (por que não dizê-lo) com a finalidade de o preparar para enfrentar situações que vai ter de resolver, se for induzido a reflectir, a organizar-se e a adaptar-se às novas solicitações da comunidade que o acolherá.

3. Vias para a superação do problema

O sucesso educativo dos cidadãos de uma comunidade consegue-se, a par da aquisição de destrezas e competências, da assimilação de conteúdos e de saberes, pela persecução de valores – valores do humanismo e do humanitarismo. Compete aos responsáveis pela Direcção da Prisão e Serviços Centrais, coadjuvados por professores/formadores, preparar estes cidadãos para se tornarem capazes de utilizar os conhecimentos e saberes que adquiriram ou desenvolveram e ganhem gosto por tudo quanto signifique ciência, conhecimento, instrução e cultura. Por isso, é preciso aprender a ler, possuir competência de leitura, estar-se na posse de capacidades de base suficientes que permitam adquirir, futuramente, outras capacidades. A nossa sociedade será tanto mais desenvolvida quanto maior competência de leitura possuírem os cidadãos que a constituem.

Hoje, a preocupação não é tanto a luta contra o analfabetismo, mas sim ultrapassar os défices de literacia – o que nos é revelado todos os dias através das exigências individuais, mas também socioculturais – que afectam "todos aqueles que, depois de uma escolaridade mal conseguida, perderam a capacidade de ler e de escrever" (Delgado-Martins, 1990, p.28).

Para se ser bem sucedido no combate ao analfabetismo, e sobretudo à iliteracia, serão imprescindíveis contributos diversos, dando-se especial destaque ao ensino, à leitura e à escrita, aos livros, textos, situações interactivas de cultura, contextos não escolares ligados à leitura e escrita, trabalhos com projectos que envolvam a pesquisa, organização e sistematização do lido e do escrito, não esquecendo o papel motivador e aglutinador de todas estas actividades – a biblioteca. A leitura, os livros, a escrita e a biblioteca, desde que adequadamente utilizados, conduzem à reflexão, à interiorização de valores, à perspectiva humanista do mundo, ao conhecimento do legado civilizacional das gerações que nos precederam para entender a História actual (Abril Villalba, 1993a e 1993b).

Será através de actividades de leitura e escrita, que organizaremos, e sobre as quais faremos propostas, que incidiremos, partindo das preferências e dos interesses dos reclusos

(jornais, revistas, artigos de opinião, etc.) para modos de responder à situação que os afecta e ao horizonte que os espera. Partiremos de situações mais simples para outras mais complexas, valorizaremos metodologias, atentaremos em dimensões comunicativas, literárias e de cariz valorativo, procuraremos, de forma subtil, tipos de leitura que exijam cada vez mais reflexão e mais abstracção ("leitura progressiva"), recorrendo a meios em suporte impresso de papel, assim como a meios informáticos.

4. Justificação da importância do tema

O enquadramento sociocultural da leitura, nas prisões, surge, ou tem surgido até aqui, através do ensino, da biblioteca do estabelecimento prisional ou de iniciativas levadas a cabo por alguns desses estabelecimentos no âmbito da animação da leitura, assim como a publicação de jornais elaborados nesses meios e participação dos reclusos na Revista "Prisões".

Durante os anos que leccionámos no Estabelecimento Prisional de Lamego, através da formação que ministrámos, da aplicação e do tratamento do questionário sobre Hábitos de Leitura e do contacto directo com outras situações informais com os reclusos (Afonso, 2000 & Afonso, 2005), constatámos não só as dificuldades ao nível da compreensão de textos, da compreensão do que era lido como da apropriação efectiva do que era transmitido por esses textos, por parte dos reclusos. Ora, a leitura será um excelente meio para dar sentido, equilíbrio e humanidade a estas pessoas, transitoriamente em reclusão, colocando-as perante situações-problema, dotando-as de competências e capacidades, instigando-as a desenvolver modos de resposta aos desafios do mundo de hoje, para que elas possam um dia ser indivíduos "livres", no integral sentido do termo. Ou seja, a leitura pode intervir como via educativa voltada para o indivíduo, para lhe facultar conhecimentos e cultura e desenvolver ao máximo as suas capacidades e experiências afectivas.

Em termos humanistas, a reflexão permite aplanar o caminho para a negociação e para a escolha, em questões de controlo e de responsabilidade. A leitura/escrita permite preparar para a tomada de decisões reflectidas, em que se envolvam tanto o educador (professor, formador) como educandos, partindo dos textos, relacionando-os com as suas próprias experiências, reavaliando os processos comportamentais por que optaram, renovando escolhas feitas e ajustando-as aos novos desafios do futuro.

5. Justificação do título do trabalho

Ao longo da nossa experiência em meio prisional, constatámos, nos reclusos, a ausência de requisitos de base, assim como de certas formas de estar, que os tornam inseguros, fechados e revoltados. Daí que o nosso trabalho se vá organizar em torno do desenvolvimento dos dois domínios propostos – a leitura e a escrita – numa perspectiva utilitária e valorativa.

O ensino nos meios prisionais envolve grande complexidade. Os alunos/formandos, que aí existem, esperam algo que os incentive, os faça pensar, agir, interagir, comunicar. É este, em boa parte, o papel do professor de Português – e de todos os professores, em geral - em meio prisional. É ele quem vai abrir caminhos para que a "luz" se faça nas mentes dos reclusos com quem trabalha (Contente, 1995). A alfabetização, aliada à capacidade de compreensão e extracção de sentido do que se lê, constitui o grande esforço a desenvolver nestes cidadãos para entenderem aquilo que se lhes depara numa sociedade onde impera o escrito sob várias formas. Além disso, tratando-se de pessoas que prevaricaram, há que trabalhar a parte afectiva, valorativa, ou seja, as vertentes humana e humanitarista, que servirão de parâmetros na reeducação da sua personalidade. Só através da cultura, onde cabem a leitura e a escrita, para além de outras vertentes que a veiculam, o saber-ser e o saber-estar podem ser modificados.

Deste modo, intitulámos o nosso trabalho "A Prisão: um espaço de formação e um percurso para a promoção da literacia", porque a leitura e a escrita desempenham, na sociedade contemporânea, funções acrescidas e múltiplas, transmitem valores (principalmente humanos), estabelecem relações entre as pessoas, criam laços com elas e com o mundo, utilizam vivências, envolvem quem lê, aprofundam conhecimentos, promovem o contacto com a família, a comunidade, as instituições e ajudam a construir uma identidade própria com espírito crítico e interventivo. Os reclusos, constituindo uma população com baixos níveis de escolaridade e culturais, são um grupo-alvo de quem pugna pela sua vontade de viver, de se sentir útil, de se saber inserido numa comunidade que lhes reconheça, um dia, valor e com direito a serem respeitados.

6. Justificação do âmbito do trabalho

No presente trabalho importa esclarecer que o uso da leitura e escrita, em qualquer comunidade ou grupo de pessoas, é necessário e constitui um benefício para o desenvolvimento do próprio indivíduo provocando o desenvolvimento económico e o direito à cidadania. Além disso, os indivíduos em reclusão devem ser ressocializados com a preocupação básica de, através da leitura e do saber ler e escrever, possuírem ferramentas para o acesso à informação e sua transformação em conhecimento através da sua capacidade crítica perante o que os rodeia.

O problema inerente ao nosso estudo prende-se com questões de iliteracia ao nível da leitura e escrita e da necessidade de implementar práticas de leitura e escrita em contexto escolar e não escolar em ambiente prisional, de forma a colmatar as dificuldades nestes domínios e a desenvolver interesse (o mais possível prazer) pela leitura/escrita como focos divulgadores de cultura, conhecimento e entendimento do mundo, estruturação do pensamento (Smith, 1970) e modo de influenciar a personalidade (Bruner, 1983), permitindo que o recluso, tal como acontece com a criança e o aluno em geral, se consciencialize dos riscos que corre (Allen & Shockley, 1991), se conheça melhor, e se torne capaz de reagir.

Numa sociedade desenvolvida, os valores sociais, os direitos dos homens e mulheres, a cidadania e a qualidade de vida são bens essenciais, conquistas do ser humano a respeitar nas suas diversas manifestações. A leitura tem um forte contributo a prestar nesse sentido, daí que seja de grande importância que os cidadãos se tornem leitores.

Se, por um lado, a leitura é valorizada pela sua dimensão funcional e pragmática na sociedade, por outro lado, ela forma intelectual e moralmente o indivíduo, desenvolve a imaginação do leitor e favorece a aquisição da cultura. Para além disto, toda a actividade cultural passa, frequentemente, pelo registo em texto escrito – com destaque para o livro – e conseqüente leitura. A este propósito, Sim-Sim (1994) diz-nos que,

a mestria do código escrito é um poderoso passaporte para o conhecimento, entre outros, distantes no tempo e no espaço, têm a dizer sobre o real, aqui incluídas as variadas perspectivas e orientações filosóficas e políticas. Para franquear a porta de acesso ao referido conhecimento é necessário ser-se

literato, isto é, dominar os mecanismos que nos permitem ler para aprender, tornando-nos apreciadores do real (p. 80).

Indo ao encontro desta asserção, é nossa intenção ter presente toda a sua mensagem na capacidade formativa/educativa da leitura e da escrita, formação da sensibilidade, desenvolvimento da linguagem, criação de uma consciência colectiva e mudança de mentalidades (Sim-Sim, 1995). Uma vez que a leitura é uma actividade exclusivamente humana, aprender a ler exige partilha, interacção e colaboração decorrente não só dos binómios leitor-autor ou leitor-texto, mas também da cooperação entre outros intervenientes no processo ensino-aprendizagem, nomeadamente o contexto psicológico, social e físico que envolve o leitor (Giasson, 1993).

Envolver os reclusos em aprendizagens e dar-lhes oportunidades de demonstrarem competências adquiridas e de expandirem o seu conhecimento é a melhor forma de estabelecer o diálogo, a motivação para um ensino e uma aquisição de saberes múltiplos necessários à sua reinserção. Assim, surge um conjunto de competências que eles precisam de dominar com vista a uma leitura significativa e crítica (Rijlaarsdam, Braaskma & Janssen, 2003) à qual está associada a compreensão: 1) ter a capacidade de discernir entre o conhecimento adquirido através de aprendizagens anteriores e o saber, fruto de novas experiências ou leituras; 2) manter uma mente aberta; 3) tomar consciência de atitudes e de valores; 4) desenvolver uma atitude de questionamento; 5) procurar materiais de leitura relevantes; 6) verificar fontes; 7) comparar fontes; 8) analisar modos diversificados de expressão escrita; 9) desenvolver critérios e competências para a compreensão de conteúdos (pp.34-36).

A nossa preocupação não foi apenas a leitura. Tendo por referência Rogiers (2001), quisemos conhecer a escrita dos reclusos para a analisarmos, no intuito de verificarmos até que ponto expandem as ideias, reconceptualizam conteúdos, integram informações, desenvolvem temáticas, recriam, apreciam, exprimem vivências, se utiliza a escrita (fluente, correcta, coesa). É, também, pela escrita e actividades por ela envolvidas, que se desenvolvem as capacidades de leitura dos reclusos, o que leva à interiorização de métodos, aumenta o conhecimento, promove atitudes colaborativas entre reclusos e os educadores com reclusos. Não podemos deixar de concordar com as palavras de Esteves Rei (2000), quando refere que,

escrever é ouvir-se a si próprio, revelar um pensamento, manifestar uma verdade, uma certeza ou uma dúvida, colocar uma interrogação. O discurso deve corresponder sempre à vida, transversal ao homem (locutor/interlocutor) às circunstâncias, às coisas e não a um enfiar de frases, pois comunicar não é uma simples troca de palavras, é, antes, sentir a correspondência entre as personalidades e, frequentemente, agir sobre os outros de uma forma sofisticada, tendo a língua como meio principal dessa acção (pp.611-612).

Para além da leitura e da escrita, não podemos descurar o papel crucial, em qualquer contexto educacional, das bibliotecas, que existem nos meios prisionais, mas necessitam de ganhar mais dinamismo, no sentido do incentivo à leitura e à difusão do livro e da cultura. Deve-se conciliar o suporte tradicional do livro com os audiovisuais e os informáticos facilitadores da aprendizagem da literacia, indo ao encontro dos interesses de quem frequenta, e virá a frequentar cada vez mais a biblioteca, no sentido de encorajar os reclusos a desenvolverem hábitos de leitura vitalícios, conscientes de que a leitura lhes proporciona perspectivas individuais.

Em suma, os percursos de leitura dos reclusos deverão ser encetados, na prisão, de modo o mais possível individualizado, contribuindo-se, desse modo, para a motivação, o interesse, o desenvolvimento de competências para a compreensão de textos, a aquisição de vocabulário, a diversidade de materiais de leitura, a valorização do papel dos bibliotecários, a promoção da leitura.

7. Objectivos

Os reclusos que ocupam as prisões portuguesas, segundo as estatísticas da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (2004 e 2005) são indivíduos, na sua maioria, com idades compreendidas entre os 25 e 39 anos, muito seguidos da faixa etária dos 40-59 anos. Isto revela que os ocupantes das prisões portuguesas, não sendo demasiado jovens, também não são, de modo algum, indivíduos idosos.

Predominam os reclusos do sexo masculino, condenados, essencialmente por crimes contra o património (furto simples ou qualificado e roubo). Esta tipologia de crimes está relacionada directamente com o consumo e tráfico de estupefacientes. Além disto, e para se ter uma ideia do recluso-tipo que encontramos em maior número nos nossos

estabelecimentos prisionais, é aquele cuja formação escolar é mesmo a formação básica, ou seja, está dentro dos nove anos de escolaridade.

Por aquilo que conhecemos, do que estudámos e a partir da nossa experiência como professora e formadora no meio prisional, podemos afirmar que, independentemente da escolaridade que possuem, os reclusos têm muita dificuldade em compreender o que lêem e o que ouvem, nomeadamente nos meios de comunicação social, fazendo interpretações pessoais e muitas vezes deturpadas, exprimindo conhecimentos superficiais e sem fundamento de questões que afectam o mundo e o nosso quotidiano.

Aos reclusos, falta-lhes capacidade de comunicação, alicerçada numa cultura que envolva a leitura, a escrita, a arte, ou outros requisitos mais específicos do conhecimento, do ambiente, da ciência, etc.. São, de um modo geral, o espelho das competências reveladas por estudos internacionais e nacionais realizados com os nossos alunos da escolaridade obrigatória (Ministério da Educação [ME], 2004; OCDE, 2003; Ramalho, 2001; Ramalho, 2004). Afirmamo-lo porque, perante aquilo que nos é revelado ao longo das aulas, e em situações de interacção verbal, também nos apercebemos da realidade que afecta os nossos alunos mais jovens e em liberdade.

Reconhecendo a importância das interacções verbais nos mais diversos contextos escolares e para-escolares, consideramos que um dos modos mais eficazes para respondermos a essas carências dos reclusos será o recurso à leitura e à escrita, ou seja, o recurso à língua, à literatura, aos textos.

A língua é um poderosíssimo e insubstituível meio de construção e reforço da identidade, de exercício da cidadania plena, de reserva de um espaço de identidade no mundo globalizado em que vivemos, de valorização da nossa acção em todos os domínios da existência (OCDE, 2001a). Não é apenas um veículo funcional e utilitário de comunicação. Ela molda o que pensamos e o que sentimos, leva-nos ao mundo e traz-nos o mundo. É meio privilegiado de identidade e acesso ao conhecimento e, enquanto tal, fornece-nos meios para a apropriação e produção de conhecimentos significativos e a inserção na sociedade.

A humanidade não dispõe de um auxiliar que melhor contribua para tornar mais equilibrado o desenvolvimento sociocultural de qualquer cidadão como a leitura, a sua compreensão, a construção do sentido dos textos, num contexto de leitura gratificante e de aquisição de conhecimentos sobre a natureza e a sociedade. É a leitura ao serviço da língua

e de tudo o que de mais nobre ela proporciona – formação, informação, fruição, organização, método, equilíbrio social.

Hoje torna-se evidente que o progresso social, implicado pela língua escrita, provocou o surgimento de novos códigos de representação da realidade, interrelacionando-os. O acesso à língua escrita tem também consequências no desenvolvimento intelectual dos indivíduos. As mensagens escritas podem ser analisadas e confrontadas com as nossas ideias e com outros textos, favorecem a apropriação da experiência e do conhecimento humano, na medida em que permitem converter as interpretações da realidade feitas por outros, ou mesmo por nós próprios, em algo material e articulado, que pode ser fruído, comparado, conceptualizado e integrado no nosso conhecimento do mundo.

Para a aquisição das competências de leitura, é preciso um suporte de instrução da responsabilidade da escola. Esta encarrega-se de facilitar a todos os indivíduos a capacidade de utilizar a leitura para todas as suas funções sociais, funções que podemos considerar em três grupos: a) adaptação a uma sociedade urbana e pós-industrial, que exige o uso constante da leitura na vida quotidiana; b) potenciação do conhecimento e do acesso à experiência literária; c) formação de uma mentalidade (saber-ser e saber-estar), através do conhecimento de valores estéticos, morais e humanos basilares num desempenho de verdadeira cidadania (Departamento do Ensino Básico [DEB], 2001).

Ler é um acto interpretativo que consiste em saber guiar uma série de raciocínios até à construção de uma interpretação da mensagem escrita, a partir tanto da informação que o texto proporciona, como dos conhecimentos do leitor (DEB, 1997). Se a entendermos como uma capacidade interpretativa (usar, analisar, exercitar, resumir, valorar), a aprendizagem da leitura aplica-se a toda a escolaridade e estende-se para além dela. Por isso, o objectivo básico, ao querermos ensinar a ler ou a desenvolver o gosto pela leitura, significa dominar instrumentos de interpretação cultural que permitam a todos tomarem parte no diálogo permanente dos indivíduos com a cultura (Batalim, 2006; Castle & Cramer, 2001), seja através dos meios vertiginosos da informática, seja através da reflexão introspectiva de um leitor perante um livro.

Estes pressupostos, notados em crianças, jovens e adultos, são igualmente válidos para os cidadãos reclusos – parte da população que também pertenceu à sociedade em que nos encontramos, mas da qual foram retirados. Eles são portadores de valores sociais e culturais, em maior ou menor grau, consoante a formação que detiverem, e, dentro do espaço de reclusão, poderão desenvolvê-los e com eles corrigir o que de menos positivo

possa existir nas suas vidas – desenvolvendo o gosto pela leitura, ou adquirindo-o, caso não o possuam, pelos textos, pela língua, pela cultura, pela literatura, pela formação.

Através da leitura, os reclusos poderão estabelecer uma relação dialógica ou interactiva com os textos, uma vez que, comunicando com eles, com os autores, ideais, histórias, personagens, ambientes, épocas... reflectindo, indagando, escrevendo... descobrindo aspectos desconhecidos até então, construindo sentidos, reflectindo, trocando opiniões, criticando, argumentando... poderão alargar horizontes e transformar a sua maneira de ser.

É esta a linha em que desejamos intervir: a da função individual, social, cultural e ética envolvida na e pela leitura. É nesta base que definimos o problema para a nossa investigação, no pressuposto de que a alfabetização e a leitura são relevantes para a vida do recluso. Baseamo-nos em que:

- os reclusos são indivíduos que apresentam carências educativas e de formação e dificuldades na compreensão, interpretação e análise de textos, sejam eles de que tipo forem, pois possuem fracos índices de alfabetização, literacia, socialização, valores morais e estéticos;

- os textos, desde que bem escolhidos, podem ser uma via de intervenção junto dos reclusos, de modo a transformarem, com a nossa ajuda, a sua própria realidade;

- a leitura pode ser uma via formativa e educativa, capaz de interferir nos motivos que levam à criminalidade e à reclusão (além de outras finalidades de índole informativa, formativa e da esfera dos valores).

A leitura é uma via essencial de intervenção nas carências que levam à exclusão informativa e comunicativa no mundo de hoje, pois que, através da língua, da informação e da cultura veiculadas pelos textos, podemos contribuir para remediar as situações de carência educativa e formativa existentes na prisão e ajudar os cidadãos reclusos a tornarem-se cidadãos livres, capazes de integrarem responsabilmente a liberdade.

Predispono-nos para uma investigação que envolve reclusos, prisões, envolvências do mundo das prisões, textos, investigação sobre leitura e escrita, o que é, para nós, algo de muito motivador. Entusiasma-nos podermos conhecer melhor, por essa via, aqueles que, por motivos vários, foram enclausurados, podendo, assim (nós e outros), mais eficazmente

intervir junto deles e ajudá-los a, de alguma maneira, ultrapassarem a fase má da vida em que se envolveram.

Com o nosso trabalho, pretendemos saber, constituindo-se isto na resposta ao essencial do problema que nos preocupa:

- 1 – Qual é a realidade-ambiente dos reclusos sediados em prisões portuguesas?
- 2 – Qual é a realidade dos mesmos reclusos no tocante a leitura e literacia?
- 3 – Que especificidades de género e idade podemos estabelecer na caracterização dos reclusos em prisões portuguesas, no tocante a leitura e a literacia?
- 4 – Como intervir junto dos reclusos através dos textos e da leitura?
- 5 – Como motivar, que tipologia de textos privilegiar, que leituras orientar, que desempenhos apreciar, que resultados da aplicação de textos e promoção de leituras, junto dos reclusos, avaliar?
- 6 – Sobre que aspectos (nomeadamente as temáticas) intervir para, pela via dos textos, transformar a realidade dos reclusos?
- 7 – Que tipologia de leituras recomendar aos reclusos?
- 8 – Como desenvolver o gosto e a competência de leitura junto dos reclusos?
- 9 – Como sensibilizar as entidades responsáveis para a imprescindibilidade de se intervir no domínio da leitura, nas prisões?
- 10 – Como garantir a continuidade e a generalização do trabalho com os textos e a leitura nas prisões?
- 11 – Como apetrechar, com acervo adequado e actual, as bibliotecas de prisão?
- 12 – Como dinamizar as bibliotecas de prisão?

Mais concretamente sobre os indivíduos em ambiente de reclusão, pretendemos:

- Conhecer alguns indicadores no tocante à educação e à escolaridade que apresentam os reclusos participantes no estudo.
- Dar conta da relevância da leitura e da alfabetização no seu quotidiano
- Compreender a reacção destes perante a leitura e a compreensão de textos de tipologias variadas.
- Conhecer a capacidade de reflexão e captação de conhecimentos, perante material escrito, em geral.

- Constatar a capacidade de exteriorizar ideias e sentimentos, como libertação da sua "carga interior", mediante a sua resposta a questões abertas a serem-lhes colocadas.
- Conhecer as dificuldades de comunicação escrita desses reclusos, para posterior intervenção junto deles, nesse domínio, enquanto se encontram reclusos.
- Responder às dificuldades detectadas com sugestões e modos de intervenção adequados, elaborados para o efeito.
- Avaliar o alcance da aplicação das propostas enunciadas na qualificação da sua formação e no funcionamento das instituições prisionais estudadas.

8. Metodologia

Para respondermos às preocupações que nos movem, e conscientes de que, neste particular, é importante fazer opções que respondam de modo significativo às necessidades, adoptaremos as seguintes linhas metodológicas:

- reflectir acerca da realidade das prisões e da temática da leitura e da escrita que pretendemos desenvolver, e fundamentar o mais e o melhor possível as nossas posições sobre elas;
- consultar e analisar dados estatísticos sobre a reclusão, fornecidos pelos serviços prisionais e pelo Instituto Nacional de Estatística;
- procurar informação, junto dos Serviços Prisionais, acerca do ensino da leitura e sua dinamização, em ambiente de reclusão;
- contactar com experiências realizadas em estabelecimentos prisionais;
- contactar estabelecimentos prisionais seleccionados, contando com a autorização das entidades prisionais, de superiores hierárquicos e das autoridades competentes;
- elaborar instrumentos de trabalho (partindo da selecção e da adequação de textos), para aprofundar o conhecimento sobre a realidade desses estabelecimentos prisionais e dos reclusos, recorrendo, para o efeito, à colaboração de técnicos e formadores credenciados e ligados ao mundo das prisões;
- testar os instrumentos de trabalho elaborados, recorrendo a alunos da escolaridade básica e secundária e solicitando a colaboração de professores (dos ensinos básico, secundário e superior) e de especialistas do meio prisional;

- reformular tudo quanto se afigurar relevante, com base nessa testagem e validação;
- aplicar os instrumentos de trabalho elaborados a um número seleccionado e adequado de reclusos, segundo as normas e autorizações dos directores e técnicos de reeducação das cadeias e as directrizes dos serviços centrais;
- tomar em consideração as reacções dos reclusos, os seus comentários e apreciações, o que se tornará relevante, atendendo à especificidade do estudo em questão;
- proceder ao tratamento dos dados recolhidos, elaborando grelhas numéricas e, sempre que possível, quadros quantitativos e percentuais;
- proceder a reflexões parciais e finais atinentes às diversas questões suscitadas na aplicação dos instrumentos de trabalho;
- estabelecer conclusões finais, com o objectivo de propor a elaboração de um programa de intervenção nas prisões, dinamizando a leitura e a escrita nas prisões, quer ao nível do seu ensino, quer ao nível da sua recepção por parte do recluso, visando sobretudo a sua formação, a melhoria do seu estado interior e a sua reeducação para melhor integração na vida em sociedade.

Como nota, refira-se que o trabalho com os textos integrativos dos instrumentos apresentados aos reclusos, para apreciação das suas competências, será desenvolvido através de uma análise de conteúdo, para que se possa apreciar a capacidade de compreensão e abordagem dos mesmos reclusos face aos textos escolhidos e a sua capacidade de fazer interagir o que captam dos textos e o seu próprio mundo.

É, também, nosso objectivo relacionar a leitura e a escrita em ambiente prisional com situações de aprendizagem do recluso, no sentido da sua informação, formação e desenvolvimento de competências, bem como o preenchimento dos seus "momentos mortos", visando a criatividade, a evasão e a ocupação de tempos livres, e a sua interacção com os seus pares, pondo em comum leituras feitas, exteriorizando sentimentos, modos de pensar e encarar o mundo.

9. Plano do trabalho

O estudo que agora apresentamos assenta globalmente em quatro pilares: i) a leitura no mundo contemporâneo; ii) o seu contributo para a formação do indivíduo (recluso ou

não); iii) o conhecimento das capacidades em literacia reveladas por reclusos; iv) propostas para o desenvolvimento dessas competências em contexto escolar e não escolar, dentro do período em que o cidadão cumpre a sua pena.

O desenvolvimento do nosso trabalho obedecerá a vários capítulos e subcapítulos, centrando-se sempre no contributo que a leitura e a escrita poderão dar para a reintegração e ressocialização de cidadãos-reclusos. Partimos do pressuposto, que procuramos justificar, de que o significado e a relevância social da leitura, escrita, bibliotecas e outros contextos que envolvam a aquisição e desenvolvimento das competências de leitura para colmatar questões de iliteracia e ultrapassar dificuldades de leitura, serão determinantes na modelagem da personalidade humana como pessoas responsáveis pela construção da sociedade do futuro.

O que se deseja é que os reclusos, enquanto permanecem no espaço de reclusão, o possam aproveitar para adquirir ou aperfeiçoar saberes e competências básicas ao nível da escolaridade, contactem com textos, obras literárias e enunciados que lhes permitam desenvolver conceitos, estruturar o pensamento, formar e reformular opiniões, pôr em comum vivências, identificando o que é relevante nesses textos, retirar inferências, emitir opiniões, trocar ideias, construir uma nova forma de ver o mundo, aprender a participar em grupo, em contexto colaborativo, pesquisando e relacionando informação para produção de conhecimento.

Assim, e após a Introdução, preocupar-nos-emos, no Capítulo I, em apresentar um enquadramento, à escala mundial, de todos os factores que se conjugam e que levam algumas pessoas a delinquir e, conseqüentemente, a cumprir penas e sanções na prisão. Reflectiremos acerca de algumas influências e situações conjunturais que impelem determinadas camadas da população para o mundo da violência, da delinquência e do crime. Debruçar-nos-emos, mais concretamente, sobre a formação e a educação como aspectos que se entrecruzam no quotidiano – a necessidade de uma constante actualização para vencer as barreiras que se deparam no mundo do trabalho e no relacionamento com os outros.

O Capítulo II será dedicado às funções da leitura e da escrita, do conhecimento e formação na construção da personalidade dos indivíduos e à importância destes três domínios no mundo contemporâneo, ou seja, a literacia aliada a outras manifestações culturais e educativas afins para a educação e a ultrapassagem das dificuldades nos indivíduos em reclusão.

Relacionado com o capítulo anterior, focaremos, no Capítulo III, a situação da realidade prisional portuguesa (estudo de campo) através de quadros e estudos estatísticos fornecidos pelos Serviços Prisionais e Instituto Nacional de Estatística, quanto ao número de reclusos, idades, tipo de crimes, escolaridade, frequência do ensino, formação dentro das cadeias e outras actividades aí praticadas. Apresentaremos, segundo princípios adequados (Almeida & Pinto, 1995), o faseamento da investigação, o processo de elaboração dos questionários, o processo de selecção dos textos utilizados, o método de testagem, os critérios usados para a escolha dos estabelecimentos prisionais que constituirão a amostra, o modo de aplicação dos textos e seus questionários e vias usadas para a sua análise.

Serão apresentados os resultados obtidos com o recurso a quadros e sùmulas descritivas dos valores observados, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos, partindo-se para a sua discussão e análise dos resultados obtidos, culminando nas respectivas conclusões.

No Capítulo IV, retomaremos a importância da leitura e da formação, articuladas com os resultados obtidos, propondo actividades, percursos e alternativas às práticas utilizadas em contexto escolar e não escolar na prisão, como resposta aos problemas detectados nos questionários e análise dos textos, assim como linhas condutoras de práticas mais activas e dialogantes entre professores/formadores e reclusos, não esquecendo o papel dos técnicos de reeducação e responsáveis pelos estabelecimentos prisionais.

Por último, e dado que este trabalho corresponde a uma abordagem de textos e sua compreensão para conhecimento dos níveis em literacia dos reclusos e a valoração que atribuem a determinados assuntos/temas da actualidade, como preparação para uma vida em sociedade, estabeleceremos conclusões finais do estudo.